

ENTREVISTA



Major PM Gabriel Rodrigues Leal
Doutor em Educação – UFMT

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
em 06/10/2018*

RESUMO BIOGRÁFICO

Gabriel Rodrigues Leal, é cuiabano nascido em 1983. Fez todo o ensino básico e o médio no Colégio Adventista. Antes de ingressar na PMMT, no ano de 2004, foi estudante de Física (2000) e Engenharia Civil (2001-2002) na UFMT. Nesse período teve a primeira experiência como docente nas redes estadual e municipal de ensino público, nas Escolas André Avelino Ribeiro e Firmo José Rodrigues, ministrando Física ao antigo segundo grau. É casado com a advogada Mayka Paes de Barros e pai do João Vicente. É presbiteriano, cruz-maltino e tem uma biblioteca com mais de 2 mil livros. Bacharel e especialista em Segurança Pública (CFO e CAO). Mestre em Educação pela UFMT. Doutor em Educação, PUC/SP. Realiza, atualmente (2018), pós-doutorado na UFMT no grupo de Estudos de Filosofia e Formação. Estudou filosofia na UFMT (2009-2010) e na USP (2011-2013), mas não concluiu o curso. Enquanto Tenente foi Comandante da Companhia de Policiamento Comunitário de

Pontes e Lacerda, 2007-2008. Oficial-de-Área no 9 BPM (2009) do Comando Regional I (CR I) e chefe da Seção de Justiça e Disciplina do 10 BPM (2010), também do CR I. Ainda Tenente foi Comandante de Pelotão na Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), em 2010; Chefe da Divisão de Ensino no Centro de Formação de Praças, em 2011. Em 2015, após retorno do doutoramento, foi Coordenador Pedagógico na APMCV. Em 2016, enquanto major, foi Assessor Especial do Comandante-Geral. Entre 2017-Out/18 foi Assessor Militar no Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Atualmente é Chefe da Divisão de Pós-Graduação da APMCV.

RHM – *Percebemos que os policiais militares, civis, rodoviários, federais, bem como os bombeiros militares, guardas civis, deixam de assumir algumas funções e espaços que lhes são “de direito”, a acabam sendo preenchidos por outros profissionais que acabam preenchendo com mérito essa lacuna deixada pelos “titulares”. Nessa linha de pensamento, o que se pode fazer a curto, médio e longo prazo para reverter esse quadro? As ciências seriam o caminho a ser percorrido?*

Sem dúvidas. Cito essa questão na introdução do meu livro “Fundamentos das Ciências Policiais: da barbárie à segurança pública”. Na altura me volto contra o argumento de que as ciências policiais são precedidas na análise sobre o trabalho policial pelas demais ciências humanas, em especial, a sociologia. A “sensação de segurança” é o objeto das ciências policiais, pois estas visam ajustá-la ao regime de direitos e deveres nas mais diversas sociedades. E tal, pouco se ajusta a qualquer abordagem estranha às ciências policiais. Vale lembrar: não criei nenhuma ciência com minha obra, apenas lancei luz em um campo do saber humano milenar, e sistemático em boa parte do mundo civilizado – refiro-me especificamente a Europa e aos países anglo-saxônicos. Aqui, no Brasil, onde nossa cidadania ainda não é plena em matéria de pensamento, considerando a hegemonia do pensamento de matriz crítico-progressista na universidade, é preciso fazer valer as ciências policiais que são, em regra, por sua cientificidade, não passível de ideologização. De modo geral, penso que a interlocução inter-ciências, e mais, inter-pesquisadores é saudável e penso ainda que nossas cátedras nas Escolas de formação sejam dia a dia orientadas nesse sentido: do diálogo franco e fraterno e da troca de experiências. Mas o problema da representação não se restringe às ciências tão-somente, pois elas

são apenas os veículos de órgãos de pesquisa no interior de programas de pesquisa em universidades e centros de pesquisa independentes. Estou me referindo ao direcionamento, pela exclusividade da abordagem bibliográfica, que certos pesquisadores adquirem ao colonizar a atividade policial em sede de pensamento. Você não irá ver nenhum sociólogo disciplinando a prática obstetrícia por exemplo, mas a abordagem policial, sim. Isso tem correlação com a ciência diretiva na análise do trabalho policial. Trata-se de uma emancipação acadêmica lenta, mas iniciada.

RHM – A proposta de redefinição do papel das polícias partidas da Constituição de 1988 traz mudanças significativas tanto à instituição policial e em especial ao policial. Parece-nos que aos olhos de quem propôs a redação de alguns artigos do texto constitucional, antes a população brasileira vivia mergulhada num caos social de proporções estarrecedoras, em que policiais (em especial) militares podiam tudo, violar leis, invadir casas, praticar torturas, prender quem quisesse a qualquer momento e tantas outras irregularidades. Podemos até imaginar que aos olhos desses, os policiais assim aprendiam durante a formação, ou seja, nos bancos escolares. Como o Senhor analisa e se posiciona a respeito?

É ponto pacífico de que há um pensamento antipolícia no Brasil. Somos vistos, ainda, passados trinta anos da Constituição, como “filhotes da ditadura militar” entre outros termos preconceituosos. O policial, sem sombra de dúvidas, carrega a sombra projetada por esse pensamento antipolícia muito disseminado na universidade brasileira; ainda hoje? Sim, em alguma medida menor que há 20 anos, mas ainda sim. Qual a origem desse pensamento? O pensamento crítico-marxista que é a matriz de pensamento de boa parte da nossa intelectualidade. Considerando esse fato na figura de quem construiu teoricamente a identidade brasileira, gente como Sérgio Buarque de Holanda passando por Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Leandro Konder, Emir Sader, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, etc. que são intelectuais que olham as polícias sob as lentes do marxismo clássico (sem a assimilação da Escola de Frankfurt, quero dizer). Ou seja, gente de peso que construiu o pensamento antipolícia sem fazê-lo explicitamente, porém, dando a medida que instituições como as polícias ao invés de promover a democracia são obstáculos a ela. Se a gente olhar para o séc. XX já para o seu fim,

imagine que o cenário tenha se diversificado. Não. Pouca coisa se altera. Você irá ver muitos e muitos especialistas em Foucault, Deleuze, Derrida, Zizek, Benjamin, Adorno, Habermas, Badiou, Negri, Honneth etc. que são pensadores de esquerda (antipolícia), mas praticamente nenhum especialista em Mises, Hayek, Rothbard, Kirk, Muggeridge, Horowitz, Sowell, Babbitt, Scruton, Peyrefitte, Jouvenel, Voegelin, Guénon, Nasr, Schuon, Lindblom, Rosenstock-Huussy, Rosenzweig, Kristol etc. que são pensadores de direita (temo que boa parte de nossos intelectuais sequer os conheça...). Isso dá um panorama de como o pêndulo é desequilibrado. Por fim, há um livro do Louis Althusser (um philosophe francês que inclusive teve problemas com a polícia: matou a mulher...), que dizia que a polícia é uma espécie de aparelho ideológico do Estado. Claro, estou sendo grosseiro na simplificação, mas ao fim e ao cabo o pensamento de matriz conservador, arraigado na ordem e na tradição, tem sido pouco disseminado no Brasil – quando muito para ser criticado; para exemplificar, faça o teste: digite “democracia racial” seguido de Gilberto Freyre no Google e você irá descobrir que há muito mais trabalhos ligados a desconstrução do conceito de “democracia racial” (aliando-o a ideia de mito) proposto por esse sociólogo conservador do que propriamente o estudo do conceito em si que ele desenvolveu. Ou seja, tudo isso culmina na diluição da noção de autoridade legítima e garantidor dos direitos humanos que é o coração da atividade policial. Ah... então não devo ler pensadores antipolícia, alguém pensaria, evidente que devemos lê-los; e muito.

RHM – *Como desvencilhar a imagem da Polícia Militar das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro? Bem como desrelacionar o militarismo das forças policiais brasileiras ao ethos guerreiro que se filia em descendência àquele pretendido nas Forças Armadas e como não romper com os valores e símbolos cultuados por essas instituições a quem as polícias brasileiras se espelharam por um tempo considerável?*

Há uma certa simplificação em questões como essa. Deixa eu tentar explicar. Ainda no século XX as Forças Armadas passaram por uma sensível profissionalização dos seus quadros. A criação da AMAN em 1944, salvo engano, carregava esse ideal de profissionalizar para melhor servir: A AMAN é uma

universidade com 1600 alunos em padrão de excelência. A área de ciências militares é algo comum na pesquisa formal brasileira; a Escola Superior de Guerra recebe profissionais do mundo todo. O que eu quero dizer? Que a caricatura do militar seja das FFAA ou das PMs que atira primeiro pra perguntar depois, ou que se vê como um guerreiro medieval, espécie de herói mítico é, no mínimo, controversa; talvez existente somente na crônica folhetinesca. Lembraria do papel extremamente técnico que as FFAA desempenharam no Haiti por longos anos. Lembraria, com todos os erros e acertos, dos períodos de auxílio às próprias PMs que o Exército sobremaneira tem prestado com recursos humanos e meios logísticos, enfim. Não vejo, em regra, que esse tipo de identificação seja nociva desde que a Constituição seja o escopo; seja nosso guarda-chuva. Dessa maneira, creio que a única maneira de não rompermos com todo ideário valorativo é partilhando nossa missão constitucional como forças auxiliares, mesmo porque, é por conta disso, que ainda podemos — com justiça — avocar a singularidade de alguns direitos que hoje estão em suspenso pelas reformas; sobretudo a da previdência.

RHM - *Para o Senhor como dar-se-ia o surgimento, funcionamento pleno e continuidade de uma (s) ciência (s) policiais (is)? E como seria agregada à estrutura das matrizes curriculares que conduzem a formação profissional do policial? Há prejuízos e riscos ao propósito mister das polícias se enveredarmos nessa seara ou estaríamos diante de uma formação melhor, dadas as circunstâncias?*

Eu escrevi uma tese que virou livro para responder essa questão, mas vou arriscar uma resposta aqui. As ciências policiais comportam toda a demanda de conhecimento da policial na medida em que ela sistematiza seus diversos núcleos; seus diversos campos de conhecimento ou saber ainda não tratado com método. Explico. A área jurídica, por exemplo, o direito da ordem pública, ou o direito da segurança pública, que engloba toda a questão que vai do ato de polícia até o processo administrativo etc. tudo isso está no interior do Direito Administrativo, quando deveria ser matéria própria no interior das ciências jurídicas de polícia (uma tese que seria defendida no Direito, em princípio). A área de saúde policial, hoje concentrada no interior da Educação Física e ciências afins de maneira esparsa poderia comportar, se sistematizada com método, na área ou subárea de Educação

física policial, com todos os seus desdobramentos particulares: pense na necessidade exercícios físicos que privilegiem, por ex., a lombar do policial e dessa forma aumente a efetividade do desembarque para abordagem em viatura quatro rodas... Pense em atividades de preparo físico exclusivo a policiais, com suas especificidades. É possível vislumbrar isso fora da “saúde policial”? Vamos pegar outro campo: A administração policial-militar: dá pra imaginar como teríamos que conformar a linguagem da administração científica, ou melhor, da ciência da administração, a uma administração que ambiente os fins de nossa administração com todo o nosso repertório e especificidades? Então, temos aí, uma área completa: com toda dignidade epistêmica a nos orientar. A própria “sociologia policial” que poderia servir-se sem problemas de categorias da sociologia de modo geral mas que poderia ampliar no seu horizonte de compreensão conceitos novos. Tudo isso é ciência policial. E tudo isso deve ser organizado curricularmente. Veja. Esse fenômeno de bacharelismo que estamos vivendo é absolutamente cíclico na história das polícias; o advento do direito como pré-requisito não obsta de forma alguma as ciências policiais, do contrário, as ressalta. Vejo isso com bons olhos considerando sobretudo uma abordagem foucaultiana entre as carreiras da ordem pública e seu acomodamento estratégico no saber jurídico.

RHM - *Deixo um espaço para o Senhor fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas?*

Que iniciativas como essa não desapareçam jamais. Que você que me lê se sinta desafiado a ler pensadores como o Cel Ubaldo Monteiro (que não escreveu apenas a história da PM), Cel Edson Rondon, Cel Alves de Castro, Cel Wilquerson, TC Mainardi e todos aqueles que legaram obras acadêmicas relacionadas a nossa atividade; que leia com regularidade os artigos da nossa Revista Acadêmica Homens do Mato. Que também escreva, enfim. Sobretudo que não deixemos desaparecer o senso histórico das dezenas de monografias e artigos que se considerados nos ajuda evitar a reincidência de equívocos, isto é, a olhar para frente considerando o passado e o presente, metodologicamente.

RHM - *Senhor entrevistado, gostaríamos de registrar suas considerações finais.*
Agradecimento, tão-somente.

RHM - *Muito obrigado pela entrevista!*